

# Habitando a “guerra”: tiroteios e leitura do “clima” das favelas cariocas

Inhabiting “war”: shootouts and reading the “climate” in Rio’s favelas

**Palloma Menezes**

Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Mariana Cavalcanti**

Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Giovanna Monteiro-Macedo**

Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

A recorrência de experiências de tiroteios na cidade do Rio de Janeiro gera formas de habitar as favelas marcadas por indeterminações constantes. Para tentar lidar com o risco de perder a vida que um tiroteio repentino pode gerar, os moradores desses territórios precisam empreender recorrentes investigações que visam medir ou ler o “clima” na favela. O presente artigo tem o objetivo de, teoricamente, realizar uma aproximação entre os debates sobre atmosferas em andamento na Antropologia e a categoria nativa do “clima” [da favela]. Partimos da ideia que, embora as indeterminações sejam um elemento constitutivo da vida cotidiana nas favelas, é possível observar desde os anos 1980 até os dias atuais mudanças nos padrões de ocorrências de tiroteios em territórios favelados, assim como nas formas de leitura do “clima” por moradores. Como não existe um histórico oficial dos tiroteios na cidade que permita uma análise quantitativa deste fenômeno, metodologicamente partimos de uma análise qualitativa do debate público sobre violência no Rio de Janeiro. Ao longo do artigo, analisamos relatórios produzidos por grupos de pesquisas sobre tiroteios como fontes secundárias e lançamos mão de experiências etnográficas realizadas em três momentos históricos, contextos de conflitos e espaços geográficos distintos da cidade para debater as transformações que vêm ocorrendo nas formas de habitar a “guerra” no Rio de Janeiro, que incluem variadas modalidades de leitura do “clima” da favela.

---

Recebido em 05 de setembro de 2023.  
Avaliador A: 19 de outubro de 2023.  
Avaliador B: 26 de outubro de 2023.  
Aceito em 12 de junho de 2024.

---



**Palavras-chave:** Tiroteio, Atmosfera, Violência Urbana, Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

The recurrence of shootouts in the city of Rio de Janeiro makes inhabiting its favelas an experience marked by constant indeterminacies. As a means of dealing with the risk of losing their lives, favela residents undertake recurrent investigations aimed at appraising or reading what they call the “climate” of the favela. Theoretically, we aim to relate ongoing anthropological debates on atmospheres to the native uses of the term “climate” in and of Rio’s favelas]. Drawing on ethnographic field research undertaken in different favelas over the past twenty five years and on recent reports on the changing patterns of shootouts throughout the city, we describe how that Rio’s residents have come to develop social routines such as reading the “climate” of the favela to cope with the inherent indeterminacies of inhabiting a long-lasting “war”.

**Keywords:** Shootouts, Atmospheres, Urban Violence, Rio de Janeiro.

## INTRODUÇÃO

“Tiros!!! A bala tá comendo aqui!”. Na madrugada do dia 28 para o dia 29 de janeiro de 2015, um morador da Cidade de Deus nos enviou uma mensagem por WhatsApp, contando que estava ocorrendo um tiroteio intenso na favela e que, como tinha o ouvido treinado, sabia que os tiros inicialmente eram de pistola, mas que depois passaram a ser também de fuzil. Ele relatou que o tiroteio aconteceu, muito provavelmente, perto do Bloco Velho, nos Apartamentos, e que, diferentemente dos últimos tiroteios que ocorreram na região (que tinham sido rápidos), este teria se prolongado bastante. Desde a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora na Cidade de Deus, sobretudo na região dos Apartamentos (considerada a mais tranquila da favela), ele nunca tinha visto algo semelhante: “Foi muito tiro mesmo, foi troca de tiro intensa mesmo!”. Mais tarde ele mandou outra mensagem avisando o que sites de jornalismo já noticiavam: “morreu um policial da UPP aqui nos AP no tiroteio dessa madrugada!”. No Facebook, vários moradores da favela também repercutiam o ocorrido:

“Clima tenso #CDD. Que Deus nos proteja”.

“Geral correu, todo mundo, até eu, que estava na Praça do Bruck, corri. Isso foi sério”

“Tomar muito cuidado com criança na rua”.

“Eu, velha desse jeito, tô cheia de medo, imagina as crianças (eu estava jogada no chão do quarto de tanto medo)”.

“Caralho, muito tiro! Ninguém merece, às 3h50! Um policial foi baleado no BV, muito tiro”.

“Deus me livre! Me vi na guerra agora. Quanto tempo não escutava isso!”.

(Mensagens retiradas de grupo no Facebook, 2015).

Além de muitas mensagens, as pessoas também postaram no Facebook fotos mostrando buracos que tiros fizeram nas paredes das casas, marcas de sangue no chão e de projéteis de fuzil e pistola. Uma moradora comentou umas das imagens dizendo: “E esse foi o resultado da minha madrugada, bala perdida acerta dentro da minha casa, em cima da cama do meu primo... Onde vamos parar, Senhor, com essa violência?”

Pouco depois que os tiros pararam, um morador nos enviou nova mensagem de WhatsApp dizendo que “os caras já voltaram a colocar sofás, tronco de árvore e, à noite, ninguém mais passa por ali. Não passa polícia. Só morador e viciado!” Segundo ele, na Cidade de Deus naquele período, o tráfico estava adotando uma tática do “tipo guerrilha”: “Antes desse tiroteio de hoje, o ritmo já estava mudado. Mas o que eles faziam? Eles vinham de surpresa e atacavam os policiais. Trocavam tiro no máximo por dez, quinze minutos, e depois fugiam. Era assim que eles estavam atuando”. Dessa vez, um policial foi alvejado na cabeça e outro levou um tiro de raspão no ombro. Isso teria, então, desencadeado a prisão dos suspeitos de disparar o tiro letal. Além disso, segundo a mesma pessoa, no mesmo dia mais tarde começaram a circular rumores de que ninguém deveria sair de casa, pois o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e o Caveirão entrariam à noite na favela – rumores confirmados pelo relato de outra moradora no Facebook: “Caveirão está entrando no AP. Ai, meu Deus! Proteja, Senhor, todos nós”. Em razão da série de acontecimentos, o morador apontou não ter dúvida da falência das UPPs, citando uma fala do então governador do Estado do Rio de Janeiro: “Eu vi o Pezão hoje na televisão falando, tá faltando tudo, o projeto da UPP faliu! Faliu!”. Na visão do morador, a partir daquele momento só era possível esperar um retorno ainda mais intenso dos tiroteios e do “clima tenso” na favela.

A recorrência de experiências de tiroteios, como a narrada na cena acima, gera formas de habitar marcadas por indeterminações constantes nas favelas do Rio de Janeiro. Para lidar com essas indeterminações, os moradores de favelas fazem recorrentes investigações para tentar saber quando um próximo tiroteio pode ocorrer. Desse modo, precisam empreender o que o filósofo pragmatista John Dewey chama de “processo de investigação”. Ou seja, uma atividade por meio da qual as pessoas, ao depararem-se com uma situação cujos elementos constitutivos mostram-se indeterminados, indefinidos, confusos e em conflito, esforçam-se para conferir-lhes inteligibilidade, bem como para tornar o seu curso de ação um pouco mais controlado e ajustado. Nos termos nativos, esses “processos de investigação” são realizados constantemente

para lidar com as indeterminações que marcam a vida cotidiana e aparecem como tentativas de saber como está o “clima” da favela.

A “medição” ou “leitura” constante do “clima” é uma atividade interpretativa que envolve a lembrança de momentos passados que emolduram a leitura do momento presente em um esforço de prever episódios que ainda estariam por vir. Cavalcanti (2008) explica, por exemplo, que “levar um guarda-chuva, ler a previsão, equivaliam a dar um telefonema para assegurar-se da situação na favela, uma pausa mais detida para avaliar a ‘situação’” (2008, p. 40). Esta avaliação da situação depende da existência de pontos de ancoragem que possibilitam a medição ou a leitura do “clima” da favela. E ela não envolve apenas um cálculo racional, mas também toda uma “ecologia do sensível” da favela (Ingold, 2013). Esse modo de sentir, se baseia em grande parte na capacidade de identificar “pistas” no ambiente que possibilitem a medição do “clima”. Segundo Ingold, uma “pista” é um ponto de localização que concentra os elementos díspares da experiência em uma orientação unificada que, por sua vez, abre o mundo a uma experiência de maior clareza e de maior profundidade. Nesse sentido, “as pistas são chaves que abrem as portas da percepção: quanto maior o número de chaves, um maior número de portas você pode abrir, e mais o mundo se abre a você” (2013, p. 32).

Podemos aproximar o que Ingold chama de “pistas” daquilo que Cavalcanti (2008) chama de “códigos tácitos, porém compartilhados e altamente sensórios”. O conjunto e a leitura desses códigos podem ser pensados como o “aspecto de legibilidade do espaço da favela que emerge de modo coletivo pela própria naturalização do conflito”. Nesse sentido, é possível pensar que quanto maior o número de “pistas” compartilhadas, maior será o aspecto de legibilidade do espaço da favela e maior será a facilidade para “navegar” no ambiente (Vigh, 2010). Como indica Vigh, utilizar o termo “navegação” é interessante, pois identifica o “modo como nos movemos em um ambiente em movimento” (Vigh, 2010, p. 402). Vigh (2010) mostra que ajustamentos acontecem constantemente em todos os lugares e em todos os momentos. Todavia, em ambientes mais instáveis e nos quais há mudanças bruscas e radicais, o esforço necessário é ainda maior, já que estratégias e táticas usualmente utilizadas pelos atores sociais parecem, temporariamente, ser ineficientes para ajudar na navegação e na antecipação do que pode ocorrer. Nesses momentos, os atores iniciam, conforme já argumentado, processos de investigação que visam medir o “clima” da favela a partir de pistas sensoriais disponíveis no ambiente.

No caso da experiência que abre o presente artigo, o barulho de tiros é a primeira pista que aponta que o “clima” está mudando e que é necessário iniciar uma investigação para entender o que está ocorrendo naquele momento. Os moradores, então, a partir de uma “educação da atenção” prévia começam a mapear pistas, como o tipo de arma usada, localização precisa do tiroteio dentro da favela, horário que episódio ocorreu, tempo de duração e intensidade

(quantidade de tiros). Os tiros são uma pista central e incontornável de que há uma mudança climática. Mas muitas vezes, antes mesmo deles ocorrerem, os moradores da favela notam no ambiente pistas de que um tiroteio pode estar por vir, como narra Cavalcanti:

Quem está à vista? Os moto-táxis fornecem as pistas mais confiáveis. Se estão presentes, tranquilos e relaxados, rodando constantemente, é possível baixar a guarda de imediato. Ainda assim, o olhar inevitavelmente passa, sem necessariamente repousar, por outros elementos da paisagem – não só visuais, mas também sonoros e mesmo olfativos (afinal, dificilmente um churrasquinho vai ser grelhado em momentos de tensão). Há música tocando? Os vendedores ambulantes, camelôs, e o comércio local estão abertos? Seus ocupantes estão tranquilos? E os presumíveis olheiros? E a boca, está lá? O semblante dos “meninos”? Há crianças na rua? O comércio está aberto? Já houve “tirinhos” hoje? Caso afirmativo, com alguma frequência? Houve tiroteio ontem? (...) As respostas a tais perguntas variam de acordo com a hora do dia, o dia da semana e a memória do próprio “clima” recente – e normalmente só são registradas conscientemente se negativas (Cavalcanti, 2008, p. 46).

É interessante notar como, na experiência que abre o artigo, a memória do “clima” recente da Cidade de Deus (que, naquele momento, estava associada à crise das UPPs) ajudava a enquadrar o “horizonte de expectativa” (Koselleck, 2006) dos moradores que já sabiam que novos, recorrentes e intensos tiroteios estavam por vir. Embora tenham vivido um período com uma redução significativa dos tiroteios nos momentos iniciais da chamada “pacificação” e depois tenham experimentado experiências de tiros ocasionais no padrão do que chamaram de “tática do tipo guerrilha”, eles notaram em janeiro de 2015, a partir de um conjunto de pistas presentes no ambiente, que muita coisa estava mudando na favela e que o “clima tenso” tinha voltado. Logo, precisariam redobrar a atenção para lidar com os tiroteios recorrentes que achavam que estavam por vir.

Para destrinchar a ideia de leitura do “clima” como uma categoria nativa, buscamos aproximá-la do debate sobre atmosferas na Antropologia. O crescente interesse pelo conceito e pela etnografia de atmosferas se conecta com uma virada “ecológica” recente na disciplina. Essa virada, por sua vez, deriva de contundentes críticas ao antropocentrismo da modernidade (e, claro, da Antropologia), que, a partir da postulação de uma suposta excepcionalidade do humano, teria separado o mundo vivido entre sujeitos e objetos, cultura e natureza, fatos e valores, objetividade e subjetividade, agentes e ambientes, sendo o primeiro termo dessas oposições atribuído aos humanos, os quais se estabelecem como agentes na própria transformação de um mundo inerte que os envolve.

Essas críticas abrem espaço para uma abordagem ecológica da percepção, fruto de interlocuções com a fenomenologia e a psicologia, na qual as oposições da modernidade acima mencionadas são dissolvidas a partir de novas reflexões sobre as relações entre espaço e subjetividade (Gandy, 2017, p. 353). Ou seja, a virada ecológica permite à Antropologia pensar

a vida social em termos dos múltiplos modos de habitar um mundo dinâmico e mais do que humano, isto é, a partir do constante vir a ser (*becoming*) do tempo e do espaço, apreendidos não necessariamente pela racionalidade de um sujeito destacado do mundo, mas pela mediação dos sentidos e dos afetos. Em outras palavras, a virada ecológica permite à Antropologia pensar a partir do que Ingold chama de ecologia do sensível, isto é, um “modo de sentir constituído pelas capacidades, sensibilidades e orientações desenvolvidas em uma longa experiência de vida em um ambiente particular” (2013, p. 37).

Segundo Stewart, nessa perspectiva as coisas importam não pelo modo como os humanos as representam, mas como elas são percebidas “em suas qualidades, ritmos, forças, relações e movimentos” (Stewart, 2011, p. 445). A autora pergunta: “Como os ritmos e trabalhos de viver se tornam incrustados e generativos? Como podemos descrever a atividade sensorial de fazer mundos e que tipo de teoria se constrói dessa maneira? O que acontece se abordarmos mundos não como efeitos mortos ou cambaleantes de sistemas distantes, mas como afetos vividos com tempos, conhecimentos sensoriais, conhecimentos, orientações, transmutações, hábitos, e campos de forças indeterminadas[...]?”

Este artigo pode ser lido como um experimento teórico e etnográfico nesse sentido. Teoricamente, nosso objetivo é realizar uma aproximação entre debates sobre atmosferas em andamento na Antropologia (e, também, na Geografia) e a categoria nativa do “clima” [da favela], utilizada por moradores de favelas para nomear como percebem ou inferem, a partir do ambiente familiar da favela, configurações de uma correlação de forças indeterminadas (e efêmeras porque sempre em mutação) que participam de um conflito dilatado no tempo e difuso no espaço. Esse conflito é percebido e, em certa medida, atualizado (uma vez que ele sempre está presente como virtualidade) pela intensidade e recorrência de tiros, pelos agentes que os trocaram, e pelos movimentos de pessoas, coisas, rumores, humores, cheiros, ritmos, sons e memórias a qualquer momento. O desvendamento constante e a atualização de percepções do “clima” são elementos centrais da fenomenologia do habitar em certas favelas há mais de quatro décadas, constituindo atividades perenes, indissociáveis e constitutivas da vida cotidiana.

Como o clima meteorológico, o “clima” [da favela] também supõe uma continuidade no tempo que permite que ele seja percebido e reconhecido a despeito de sua volatilidade e de variações concretas entre diferentes estados ou movimentos que o constituem. É isso que torna sua percepção passível de conciliar uma série de oposições – presença e ausência, materialidade e idealidade, o definido e o indefinido, singularidade e generalidade – que “envolvem e pressionam” os sujeitos em uma relação de tensão permanente (Anderson, 2009, p. 77). A certeza, renovada diariamente, de que haverá um próximo tiroteio sem que se saiba quando produz uma temporalidade concretamente experimentada como uma antecipação, como uma quase espera pela próxima ocorrência, engendrando uma série de rotinas de antecipar riscos de

modo a evitá-los. A dimensão comunitária da vida coletiva nas favelas também se produz em grande medida a partir dessa investigação, racionalização e compartilhamento constantes de percepções que se dão a partir de códigos sensoriais e compartilhados por moradores.

Com essas experimentações em mente, este artigo analisa o histórico de tiroteios em favelas no Rio de Janeiro e as diferentes formas de habitar que eles produzem, que incluem diferentes maneiras de ler o “clima” na favela. Para tanto, lançamos mão de notas de trabalho de campo das autoras realizadas em três momentos históricos, em contextos de conflitos e em espaços geográficos distintos da cidade do Rio de Janeiro. Partimos da ideia de que, embora as indeterminações permaneçam e sejam um elemento constitutivo da vida nas favelas, é possível observar mudanças ao longo do tempo nos padrões de ocorrências de tiroteios, assim como nas formas como a leitura do “clima” é feita pelos moradores dessas localidades.

Se a experimentação teórica do artigo reside em pensar na categoria nativa do “clima” a partir de uma concepção materialista e ecológica da vida cotidiana, sua experimentação etnográfica reside no esforço de tentar construir um relato histórico das técnicas e práticas cotidianas por meio das quais os moradores de favelas se esforçam para conferir legibilidade a situações de tiroteio e conflito que são, por definição, e, desde sempre, marcadas por indeterminações.

O artigo é dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais, que caminham no tempo junto com a leitora através da reconstrução de uma certa história dos tiroteios na cidade e dos desdobramentos que eles produzem nas formas de habitar certos territórios. Na primeira parte, percorremos dos anos 1980 a 2000, observando como os tiroteios se tornaram algo central da vida no Rio de Janeiro e nos discursos sobre a cidade, reforçando continuamente uma ideia de “guerra”. Nos debruçamos, então, sobre a forma como essa “guerra” foi e é vivida e habitada a partir de práticas que permitem “ler” o “clima”.

Em seguida, mostramos as mudanças que essa dinâmica sofre a partir da chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que modificam os repertórios de sentido e levam à necessidade de novas formas de investigação nas favelas ditas “pacificadas”. A diminuição dos tiroteios se torna uma marca do projeto, mas produz novas leituras – a partir de uma contravigilância – por parte dos moradores, que passam a viver com a coexistência da polícia e do tráfico no território. A falência do projeto das UPPs é marcada pela (re)intensificação dos tiroteios, como apontamos no começo deste artigo e retomamos na última seção. Aparecem, então, as megaoperações e o alto investimento em tecnologias militares feitos nos últimos dez anos na segurança pública carioca. Com isso, e com o acúmulo de expertise por parte dos moradores e moradoras, a leitura do “clima” presencial e sensorial se une aos aplicativos de mensagens e às redes sociais que trazem novas dinâmicas nas formas de habitar a “guerra” e de empreender investigações, constantemente tentando lidar com riscos gerados pelos tiroteios.

## **A ROTINIZAÇÃO E NATURALIZAÇÃO DOS TIROTEIOS ENTRE OS ANOS 1980 E 2000**

Nas favelas, relatos de tiroteios recorrentes remontam à virada dos anos 1970 para a década de 1980, momento em que o aumento da rentabilidade do tráfico de drogas, por conta da entrada da cocaína, passou a estruturar as economias informais e ilegais outrora centradas na contravenção e em assaltos à mão armada. Nesse rearranjo também se estruturaram o tráfico de armas e novos circuitos de trocas de mercadorias políticas (Misse, 2007) na forma de arranjos com a polícia, que, mais do que as armas em si, garantiam o “alvará” de funcionamento das bocas de fumo nas favelas. Tratava-se de um equilíbrio precário, que a toda hora era ameaçado, seja por tentativas de invasões e tomadas das bocas por gangues rivais (antes do estabelecimento das facções tais como as conhecemos), seja por incursões ou batidas policiais (como se dizia na época). Essas disrupções do funcionamento das bocas de fumo se davam por meio de conflitos armados, os tiroteios, cuja possibilidade de irrupção passou a fazer parte das rotinas das favelas cariocas.

A cobertura desses conflitos cotidianos na grande mídia era escassa, mas ocasionalmente manchetes apocalípticas fundiam a linguagem das guerras às drogas com relatos de “guerras” em torno dos mercados de drogas. Foi assim no caso dos conflitos na Cidade de Deus (que mais tarde seriam retratados na etnografia de Alba Zaluar, no romance de Paulo Lins e no filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles) e das disputas no Santa Marta em 1987, que trouxeram os tiroteios recorrentes para a zona sul da cidade. Moradores do morro do Borel, na Tijuca, zona norte do Rio, se recordam que o momento que antecedeu imediatamente a unificação das bocas de fumo da favela sob o domínio do Comando Vermelho teria sido o de maior intensidade e imprevisibilidade dos conflitos.

Desse modo, ao longo da década de 1980, configura-se uma situação contraditória, que já sinaliza a diferenciação da percepção dos conflitos no próprio uso corriqueiro do termo “guerra” para nomear o que acontecia na cidade. Enquanto nas favelas a “guerra” nomeava a recorrência e a rotina de tiroteios que se acumulavam ao longo do tempo, no “asfalto” e na grande mídia a “guerra” evidenciava a “escalada” da “violência” territorializada nas favelas, que constantemente ameaçava transpor suas fronteiras. Por isso mesmo, demandava-se uma resposta à altura por parte do estado. Assim é que, menos de uma década após o fim da ditadura militar, tanques do exército retornaram às ruas do Rio, posicionados nas entradas das favelas e para elas apontados, para garantir a segurança da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco92).

É no final dos anos 1990, e a partir de trabalho de campo também realizado em favelas da

Grande Tijuca, que a socióloga Márcia Leite propôs a tese de que a crise da segurança pública passou a ser concebida e administrada a partir da “metáfora da guerra”. Em uma série de artigos em que coteja a experiência de trabalho de campo nas favelas e a análise da construção da violência urbana como problema público, Leite demonstra como as reiteraões constantes da ideia de uma “cidade partida” e “em guerra” na mídia construíam a percepção de um nexo entre os territórios da pobreza e a representação social da violência urbana no Rio.

Ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, eram recorrentes em jornais direcionados ao público de classe média, como *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, manchetes como “Tiroteio no Salgueiro provoca pânico na Tijuca” (2001), sendo o Salgueiro uma favela localizada no bairro de classe média da Tijuca, na zona norte da cidade. Segundo Leite (1997, 2000), a reiteração diária e naturalizada desse tipo de narrativa da cidade em “guerra” – que se estendia a grande parte do noticiário televisivo – produzia uma geografia de vitimização imaginária e perversa, que caracterizava toda a cidade como refém de uma criminalidade que emanava das favelas cariocas. Aos moradores das favelas era negado tanto o status de cidadãos quanto o “pânico” diante de tiroteios na porta de casa e, principalmente, a possibilidade de vitimização. Nesse mecanismo de inversão residia o vigor político da metáfora da guerra, como demonstrado por diversos estudos de análise de mídia realizados na época e posteriormente (Felix, 2012; Vaz *et al.*, 2005; Ramos; Paiva, 2005).

Entretanto, nessa época, nas favelas, a “guerra” não era vivida como metáfora, mas consolidada e incorporada como uma dimensão constitutiva da vida cotidiana. Segundo o documentário *Notícias de uma Guerra Particular*, de João Moreira Salles e Kátia Lund (1999), tratava-se de uma guerra “particular” gerada pelo acúmulo dos próprios conflitos e das mortes dele decorrentes. “Guerra” que se retroalimentava por vinganças, assinalando a irracionalidade dos confrontos, da própria política de guerra às drogas e de sua espacialização no Rio de Janeiro.

No filme, a “guerra” é tematizada e elaborada a partir de três perspectivas: a dos policiais, a dos traficantes e a dos “moradores” comuns. A narrativa encapsula bem a sensação dos moradores de favelas nos anos 1990/2000 de viver em um espaço atravessado por distintas territorialidades em conflito. Essa rotinização da violência produz o que Silva e Leite (2008) chamaram de “vida sob cerco”, isto é, uma experiência de confinamento socioterritorial e político que provoca nos moradores de favelas uma intensa preocupação com manifestações violentas que impediam o prosseguimento de suas rotinas diárias e dificultavam a manifestação pública de suas demandas. Tal experiência é produzida por uma série de “eventos fora de controle, em graus e intensidade muito maiores do que aquela que atinge o conjunto da população da cidade, igualmente assoberbada por episódios violentos que se repetiam sem cessar” (Silva e Leite, 2008, p. 35).

Em outras palavras, a “guerra” como essa categoria nativa nas favelas deixou de ser

concebida como um processo que se desdobra no tempo (o que permitiria vislumbrar ou imaginar seu fim), e passou a ser vivida como uma condição perene que se renovava todo dia. Os “tiros” eram vividos como uma constante objetiva do mundo – por vezes se intensificava, depois abrandava, como as estações do ano, mas sem a previsibilidade do tempo cíclico da natureza – a maior parte do tempo, e essas oscilações eram absorvidas pelas rotinas das moradoras e moradores de favelas.

Essa “guerra”, por ser cotidiana, produziu, neste período, rotinas bastante regulares como os tiroteios “com hora marcada”, como se dizia na região da Usina/Tijuca. O fato das operações policiais se acoplarem aos horários de entrada e saída das escolas é um exemplo claro de como a “guerra” se fazia a partir das rotinas diárias da cidade. Em seu clássico texto denunciando as falácias do planejamento modernista, Jane Jacobs (2000) falava do ballet matinal que vislumbrava de sua janela na Hudson Street, em Manhattan. Jacobs argumentava que conhecer a cidade dependia também dessa compreensão das rotinas, e das formas de sociabilidade que certos espaços tornam possíveis ou inviabilizam. Nas favelas cariocas dos anos 90, o ballet da vida sob cerco se desdobrava no ritmo dos tiros.

Assim, ao contrário da espetacularização midiática, que faz parecer que a “guerra” é feita de intensos tiroteios, ocupações e invasões, na maior parte do tempo não eram esses momentos que a tornavam uma presença constante. Para os moradores de favelas, a “guerra” constituía, por um lado, um pano de fundo constante e indissociável da vivência de suas rotinas cotidianas. Uma presença ausente a maior parte do tempo. Por outro lado, essa presença ausente era, com alguma recorrência reforçada por episódios disruptivos, explosivos.

Para além da leitura constante do “clima”, a “guerra” já se incorporara aos espaços construídos das favelas, espaços fortificados de modo a evitar as balas perdidas e garantir lugares seguros, que dificultassem a entrada de policiais e de pessoas do tráfico em fuga enquanto os tiroteios ocorriam. Assim, grades, muros e outras tentativas de isolar as casas da “guerra” que acontecia “na porta de casa”, na favela assumiam um sentido diametralmente oposto a seus equivalentes no chamado asfalto: se tratava de manter, a qualquer custo, os conflitos e, principalmente, a polícia à distância. A construção das casas nas favelas passou a ter na segurança um de seus princípios estruturantes. Essa tendência passou em grande medida despercebida pelos estudos urbanos, que, na época, enfatizavam o encerramento e a “bunkerização” das classes média e alta – de certa forma, portanto, reforçando a metáfora da guerra e a ideia de que os tiroteios causavam pânico na “Tijuca” (ou qualquer outro bairro de classe média), mas não na favela em que ocorriam.

## NAVEGANDO EM FAVELAS “PACIFICADAS”

Em 2007, no primeiro ano do governo de Sérgio Cabral Filho, o “círculo vicioso” de violência no Rio de Janeiro, sempre retroalimentado pela política de segurança baseada no confronto que há décadas vinha sendo implementada no estado, parecia ter atingido seu ápice. José Mariano Beltrame, secretário de Segurança do Rio de Janeiro de 2007 a 2016, afirma que, ao assumir a aludida pasta, “a polícia do Rio era a que mais matava e a que mais morria”. E conclui: “a solução era óbvia: partir para o confronto como se fazia não era a solução” (Beltrame, 2014, p. 78).

O “círculo vicioso” ao qual Beltrame faz referência vinha sendo alimentado havia algumas décadas por um “modelo de segurança pautado na letalidade como indicador de eficiência” (Ribeiro; Dias; Carvalho, 2008). Algumas pistas que evidenciavam o aprofundamento da concepção bélica na política de segurança no começo dos anos 2000 eram: a “banalização” da utilização do “Caveirão” em favelas cariocas (*ibidem*, 2008), os pesados investimentos para aumentar o efetivo do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e do Batalhão de Policiamento de Choque (BPChq), além da criação de Grupamentos de Ação Tática (GAT) nos batalhões convencionais.

Kant de Lima *et al.* (2013) afirmam que a intensificação da militarização das práticas de policiamento, embora tenha sido importante para a “afirmação e consolidação da superioridade bélica do Estado com relação às facções do tráfico de drogas”, gerou um aumento considerável na letalidade da ação policial e nos números de “autos de resistência”, que atingiram o seu ápice em 2007 – quando foram contabilizados 1.330 casos no estado (o que representava 18% do número total de homicídios naquele ano) e 902 na capital. Para Ribeiro, Dias e Carvalho (2008), esse crescimento deve ser associado ao fato de Sérgio Cabral Filho, em seu primeiro ano de governo, ter aprofundado ainda mais a “política do confronto”, disseminando, por exemplo, as chamadas “megaoperações” realizadas em favelas. A partir da chacina do Pan (2007), multiplicaram-se as críticas não apenas àquela operação específica, mas à política de segurança que vinha sendo implementada por Cabral como um todo.

A política da “guerra às drogas”, expressa em termos de uma guerra “contra o tráfico” e vivida como uma guerra “contra as favelas”, parecia ser um “problema sem solução”. Havia um consenso, naquele momento, de que não seria possível o governo resolver o problema da violência urbana se não mudasse o seu modo de atuação nos territórios das favelas. Em 24 de outubro de 2007, Sérgio Cabral chegou a sugerir, em uma entrevista, que o aborto poderia funcionar como uma nova forma de controle da violência nas favelas, já que, segundo o governador, esses territórios podiam ser considerados “verdadeiras fábricas de marginais”

(Freire, 2005).

Beltrame, naquele momento, falava que as favelas eram “o ponto de irradiação das ocorrências policiais” nos bairros cariocas ou o “nascidouro da criminalidade” na cidade (Beltrame, 2014, p. 104). Portanto, ele acreditava que era necessário elaborar algo novo que trouxesse resultados mais perenes no combate ao tráfico nas favelas. Segundo o secretário, não faltavam “ideias de especialistas” e inspirações – como os casos de Bogotá e Medellín, na Colômbia. Mas o difícil era “obter crédito – ou seja, tempo – para mudar a cultura de trabalho”, era “sobreviver numa secretaria que historicamente troca seu titular de duas a três vezes a cada mandato de quatro anos”. E foi nesse contexto que “as UPPs nasceram em doses homeopáticas na salinha de almoço da Secretaria de Segurança”. O secretário conta que “não houve algo sistematizado. Aguardávamos uma janela de oportunidade, que surgiu antes mesmo que tudo estivesse perfeitamente organizado” (Beltrame, 2014, p. 105). Tal “janela de oportunidades” se abriu em 2008 no Santa Marta e depois na Cidade de Deus, favelas onde o projeto-piloto de Beltrame começou a ser testado e elaborado progressivamente, conseguindo, em pouco tempo de existência, construir um forte consenso em torno de si a ponto de ser considerado por alguns anos como uma “luz no fim do túnel” para o problema da violência urbana no Rio de Janeiro.

O impacto da ocupação do Santa Marta e da Cidade de Deus foi intenso na vida de seus moradores, reconfigurando o ambiente rotineiro dessas favelas. O que, inicialmente, parecia ser uma operação policial “normal” foi sendo apresentado, pouco a pouco, como um projeto diferente de “policiamento comunitário”. Depois, a iniciativa ganhou o nome de UPP, e foi anunciado que policiais estariam fazendo “policiamento de proximidade”. Mas o fato era que a situação permanecia bastante indeterminada para todos que conviviam cotidianamente nas favelas. Os primeiros territórios “pacificados” tornaram-se, momentaneamente, paisagens desconhecidas para os próprios moradores que ali residiam e para os traficantes que atuavam ali há anos. Essas novas paisagens instituíram-se como centros de indeterminação com os quais os moradores – assim como integrantes de grupos armados ligados ao comércio de drogas ilícitas que atuavam nessas localidades – não sabiam exatamente como lidar, já que não dispunham mais dos repertórios e dispositivos necessários para avaliar a situação e ler o “clima” da favela.

Os antigos repertórios e formas tácitas, habituais e espontâneas de avaliação do ambiente local que os atores dispunham não eram mais capazes de dar conta da nova situação. As pequenas “pistas”, os pequenos marcos sensoriais disponíveis na favela, como os fogos, a movimentação dos mototáxis, o churrasquinho grelhado, a localização da boca de fumo, a posição dos “atividade” ou “contenção” e a frequência das biroscas, já não serviam mais para auferir o “clima”. Daí porque houve uma alteração cognitiva, já que um novo repertório sensível (Ingold, 2013, p. 34) e novos “mapas mentais” (Gell, 1985) precisaram ser forjados.

Uma nova fenomenologia do tempo e do espaço foi introduzida no universo potencial

próprio ao contexto prático de ação dos atores. E as “pistas”, antes rotinizadas não apenas para antever potenciais riscos relativos aos tiroteios, mas para orientar a ação no trato cotidiano com os traficantes e policiais, foram fortemente alteradas. Daí porque uma nova “educação da atenção” (Gibson, 1979; Ingold, 2000) foi requisitada, isto é, uma nova modalidade de afinação do sistema perceptivo dos residentes com o ambiente foi necessária para navegar na ecologia sensível da favela “pós-pacificação”.

É inegável que a redução dos confrontos armados em áreas “pacificadas” gerou um alívio inicial na “vida sob cerco”, já que essa experiência estava diretamente associada à preocupação dos moradores com as interrupções de rotina acarretadas pelas constantes manifestações violentas. Também colaborou para o afrouxamento da sensação de “cerco” a redução da visibilidade e da ostensividade da presença de traficantes nas favelas “pacificadas” logo após a inauguração das primeiras UPPs. No entanto, ao mesmo tempo, moradores apontavam que viver 24 horas por dia com policiais e traficantes dividindo o mesmo território gerava neles a sensação permanente de estarem sendo “monitorados”. Por isso, eles sentiam a necessidade de aumentar a vigilância de si, empreendendo esforços cotidianos – como tentar controlar, ao máximo, onde, como, quando e com quem circulam, falam ou estabelecem algum outro tipo de contato – o que acabava gerando o sentimento de estar constantemente “pisando em ovos” ou vivendo em um “campo minado” (Menezes, 2023). Isso significa que, nesse contexto, todos precisavam fazer cálculos constantemente, ter cuidado e antecipar os riscos envolvidos antes que um passo fosse dado, pois um simples passo errado poderia “quebrar um ovo” ou detonar uma bomba – ou seja, poderia ter por corolário imediato uma situação crítica.

Vale lembrar que, a partir de 2014 e 2015, o aumento dos tiroteios e a volta do “fogo cruzado” em favelas com UPP fizeram com que as preocupações com a interrupção das rotinas, presentes no período “pré-pacificação”, voltassem a fazer parte do cotidiano dos moradores de várias favelas “pacificadas”. Mas, diferente do que uma análise apressada poderia indicar, o retorno do “fogo cruzado” não trouxe de volta a experiência de “vida sob cerco” tal como ela era antes da invenção das UPPs, uma vez que a lógica do “campo minado” não desapareceu por completo. Pelo contrário, como o ambiente ficou mais tenso, policiais, traficantes e moradores redobram a vigilância.

A (re)intensificação de tiroteios em favelas gerou uma sobreposição com variações de intensidade entre o regime do “fogo cruzado” e o do “campo minado” em áreas com UPP. Logo, em alguns momentos, a ansiedade gerada pelo “fogo cruzado” passa a centralizar a atenção dos atores, enquanto em outros momentos (em que o “fogo cessa”) a preocupação com o monitoramento e as “contaminações” passa a ganhar novamente centralidade no cotidiano dessas favelas. Mas nos dois momentos há uma continuidade da experiência de “vida sob cerco”, que segue sendo reatualizada tanto pelos confrontos armados como pela vigilância constante.

## A (RE)INTENSIFICAÇÃO DOS TIROTEIOS NA CIDADE

O dia 9 de outubro de 2023 amanheceu com os olhos do Rio de Janeiro sobre o Complexo da Maré. Já bem cedo, os jornais da manhã anunciavam uma operação em oito favelas que compõem o complexo, e quem passava pela Avenida Brasil podia ver uma fila de carros das polícias militar e civil que iam até o Caju. O debate sobre a operação começou uma semana antes, quando o programa *Fantástico* mostrou vídeos gravados durante uma operação da polícia civil que estava ocorrendo, de acordo com eles, há meses. No vídeo, em uma grande quadra, homens armados faziam uma espécie de “escola preparatória com táticas de guerrilha”, que mostrava “a racionalidade que o crime tem utilizado para proteger seus territórios” (Fantástico, 2023). O governador do estado, Cláudio Castro, passou a mobilizar essas imagens para que houvesse uma nova intervenção militar no Complexo, solicitando ajuda do Governo Federal para isso, o que foi negado.

Ao longo dos quinze dias que separaram a reportagem da “Operação Maré”, os moradores e moradoras ficaram apreensivos porque “parece que eles podem voltar com a intervenção a qualquer momento”, Maria nos contou via WhatsApp nesse período. Então, quando os moradores e moradoras acordaram no dia 9 com a notícia de mais uma operação, já estavam esperando que algo acontecesse. Na televisão e nas redes sociais do governador, a ênfase era sobre as tecnologias empregadas nessa operação, com câmeras corporais sendo utilizadas por policiais, drones e até uma escavadeira blindada para retirar barricadas. A imprensa acompanhou a operação ao vivo de dentro do Centro de Operações do Rio (COR) e por meio de helicópteros que sobrevoavam a favela. Ao fim do dia, anunciavam uma operação “bem-sucedida” por ser muito tecnológica. Mas ao mesmo tempo em que essa narrativa aparecia nas mídias tradicionais, o perfil Maré Vive<sup>1</sup> a questionava nas redes sociais:

Chega aí, morador! Papo reto, na TV eles estão falando que todos os policiais estão com câmera, mas tá chegando pra gente que esse papo é caô. Dá o papo aí, tu viu os policiais usando câmera no uniforme? Além disso, a identificação é obrigatória, tem que ter o nome! Vamos ver legal se esse papo procede, porque a gente tá cansadão de um monte de história e continuar sendo esculachado na favela. Qualquer denúncia, pode mandar na nossa DM ou no nosso zap. #marevive (Twitter Maré Vive, 10 out. 2023).

Nas respostas, os moradores falavam se estavam vendo ou não policiais com câmera, e concluem que a polícia militar estaria usando enquanto o BOPE e o CORE não. A “Operação

---

<sup>1</sup> Mídia independente produzida pelos moradores da Maré.

Maré” durou cerca de duas semanas e não levou a nenhum tiroteio. Apesar disso, escolas foram fechadas faltando poucas semanas para o ENEM, as clínicas da família foram fechadas e o toque de recolher impediu o ir e vir de muitos moradores e moradoras. Além disso, o peso dos caveirões e a escavadeira produziram danos infraestruturais relevantes no Complexo. Na Vila Pinheiro, o encanamento de algumas ruas estourou na retirada das barricadas e as casas ficaram dias sem água. Em outras partes da favela, cabos de luz e de internet foram cortados com alicate, de acordo com moradores. Uma das interlocutoras ficou uma semana sem luz.

Essa operação e seus desdobramentos nos ajudam a ver um deslocamento da noção de conflito urbano a partir da crise das UPPs. As intervenções militares federais e as megaoperações se tornaram uma atualização do medo cotidiano da possibilidade de um tiroteio. Operações com um enorme contingente policial, com a conjunção de diferentes polícias e um intenso investimento em tecnologia se tornaram comuns no cenário carioca. Itens como helicópteros blindados, drones, câmeras e filmagens por satélite se tornam parte da gramática da segurança pública na cidade e quase sinônimos de operação “bem-sucedida” de acordo com os governantes. Em contrapartida, as denúncias sobre violações de direitos durante as operações também se digitalizam e ocorrem ao vivo. Por redes sociais como Twitter e Instagram ou por aplicativos de mensagens como WhatsApp e Telegram algumas organizações vão dando avisos aos moradores, que respondem nos comentários auxiliando o processo investigativo. Esses dados sobre os impactos da operação muitas vezes são sistematizados pelas organizações que os mobilizam para produzir denúncias públicas sobre a ação do Estado.

Essas mudanças do discurso da pacificação para as megaoperações é aparente desde a intervenção militar na Maré (2014), mas se intensificou a partir da intervenção que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 2018. De acordo com Magalhães (2021), nesse momento ocorreu uma inflexão no discurso e na prática da segurança pública carioca, que passou a compreender a “guerra” como um modo de governo na cidade. A intervenção militar foi implementada pelo governo de Michel Temer em 2018 e teve como justificativa o aumento dos indicadores de violência urbana no carnaval do mesmo ano. Com ela, a pasta da segurança pública carioca passou a ser administrada pelo interventor Braga Neto e produziu um aumento significativo do número de mortes e de tiroteios nas favelas do Rio de Janeiro (Magalhães, 2021).

Em um relatório do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC, 2023), os índices demonstram que houve um aumento nos tiroteios e nas chacinas policiais a partir da intervenção. Com relação ao ano anterior (2017), os tiroteios aumentaram em 60%, sendo esse crescimento ainda maior na Baixada Fluminense. Os índices de chacinas também aumentaram a partir da intervenção até chegar ao governo Witzel e Cláudio Castro, que possuem o maior número de chacinas na história da cidade (Geni, 2022).

Os dispositivos digitais não são exatamente uma novidade nesse processo de leitura do

“clima”. As redes sociais já vêm sendo utilizadas há algum tempo para o acompanhamento e auto-organização de grupos de bairros, favelas e comunidades. Como apontado por Oliveira (2020), as páginas de Facebook hiperlocais vem sendo utilizadas pelos moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro como uma forma de engajamento local que expande o interesse público. O autor traz o foco para as periferias urbanas para pensar como o jornalismo tradicional constrói casos de violência na Zona Sul como de interesse público, enquanto aqueles que ocorrem nas favelas e periferias são vistos como de interesse privado. Ao tomarem esses grupos como um local de debate, os moradores deslocam essa noção de público e privado dominante.

Pensando exatamente na forma como essas novas tecnologias podem mudar a dinâmica do debate público em 2016, o Rio de Janeiro testemunhou o lançamento de duas plataformas digitais colaborativas com o objetivo de monitorar tiroteios na cidade metropolitana. Ambos funcionam de forma similar aos aplicativos Waze ou Google maps, que coletam dados de usuários na cidade em tempo real, de modo a produzir um monitoramento das condições presentes – de trânsito ou da “guerra”. As duas plataformas, Onde Tem Tiroteio (OTT) e Fogo Cruzado, cruzam os dados fornecidos por usuários com informações de outras fontes, de modo a garantir a produção de informações atualizadas em tempo real para auxiliar as pessoas a navegarem pela cidade.

O lançamento quase simultâneo das duas plataformas evidencia a centralidade do problema da “guerra” e do desafio cotidiano e generalizado (mas não coletivo) de navegar uma cidade em que tiroteios são um acontecimento diário. As similaridades dos dois aplicativos terminam aí. As duas plataformas interpretam o monitoramento dos tiroteios de maneira diametralmente oposta.

O OTT parte do diagnóstico de uma cidade sitiada, caótica e dominada por bandidos malévolos, que a todo momento põem em risco os “cidadãos de bem”. Trata-se de uma enunciação reiterativa, que ao mesmo tempo reflete e reproduz o discurso punitivista que vem elegendo políticos como Wilson Witzel, Cláudio Castro e Jair Bolsonaro. Essa “fala do crime” (Caldeira, 2000), turbinada pelas redes sociais, ao mesmo tempo se nutre da sensação de insegurança generalizada e a amplia, consolidando a sensação de um público que se percebe como uma comunidade de vítimas virtuais de todo e qualquer crime cometido na cidade. Sempre vale lembrar, entretanto, que nesta visão de mundo, paradoxalmente, a execução de “bandidos” não é percebida como um crime.

Segundo o site do OTT, a plataforma foi fundada “por quatro amigos preocupados com o crescimento descontrolado da violência no Brasil”, com a missão de “salvar os cidadãos de balas perdidas, arrastões e de falsas blitz que atormentam o Brasil”. Isso é possível pelo

[...] conceito SP 4.0, Segurança Pública 4.0 que norteia a nossa dinâmica de trabalho, se baseia na segurança feita do cidadão para o cidadão (C2C), uma espécie de

segurança ‘Smart’, onde cada cidadão atualiza em tempo real a segurança em seu entorno, ajudando a ele e a todos os outros participantes de nossa rede dinâmica de informações (OTT, [20-?]).

O OTT dispõe as informações sobre tiroteios na forma de uma tabela, que lista o horário, o local e a ocorrência de cada tiroteio registrado. O resultado é que as ocorrências aparecem empilhadas umas sobre as outras, sem uma contextualização maior, assim reforçando a ideia de uma cidade caótica e perigosa onde qualquer coisa pode acontecer a qualquer momento com qualquer pessoa.

Alguns meses depois, o Fogo Cruzado foi fundado em julho de 2016 pela jornalista Cecília Oliveira. O aplicativo literalmente desenha os tiroteios na cidade, ao apresentá-los em um mapa, o que torna a informação sobre o tiroteio indissociável de sua localização na cidade, permitindo identificar, em um só olhar, a sua recorrência em certas regiões da cidade. As informações são acumulativas, e, portanto, permitem mapear a distribuição espacial e os tipos de conflitos (se entre grupos de traficantes, entre estes e milícias ou a polícia), de modo a permitir também a interpretação de tendências de conflitos ao longo do tempo. Esse mapeamento diário e sua acumulação permitem a identificação de padrões de conflitos diferentes em diversas regiões da cidade, favorecendo a comparação de dados em diferentes lugares e provendo um contexto para a interpretação de dados etnográficos sobre regiões específicas da cidade. Além disso, o instituto Fogo Cruzado procura ampliar o impacto de seus dados no debate público, ao abrir sua base de dados para pesquisadores e ao contextualizar e acompanhar cada ocorrência. De modo a mapear não só os tiroteios, mas seus efeitos sobre a vida cotidiana na cidade (ao traduzir seus custos sociais em termos de escolas fechadas) e suas vítimas (ao relatar também os feridos entre moradores e policiais).

Outro dado esclarecedor da produtividade dos tiroteios vem do cruzamento dos dados do Fogo Cruzado com aqueles de licenciamentos da Secretaria Municipal de Urbanismo e, ainda, com os dados do Disque Denúncia, que deram origem aos relatórios “A expansão das Milícias no Rio de Janeiro” e ao “Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro” (Geni; Observatório das Metrôpolis, 2021; Geni; Fogo Cruzado, 2022). Esses relatórios documentam como o Comando Vermelho, que durante muito tempo foi o grupo armado com maior domínio territorial e populacional, perdeu sua hegemonia a partir de 2018/2020, quando se percebeu uma tendência inequívoca de ascensão do Terceiro Comando Puro (TCP) e, principalmente, das milícias (Geni; Fogo Cruzado, 2022, p. 10–11).

Esse monitoramento de tendências da violência urbana carioca se tornou possível a partir desses aplicativos, que tem uma importância crucial no debate público atual da cidade. Mas no dia a dia dos moradores de favela, nem sempre eles são úteis. Quando começa um tiroteio ou a operação na favela, o aplicativo consegue avisar a região, mas dificilmente vai dizer qual beco

ou viela está mais perigosa, se é possível pegar ônibus e se a escola está mandando as crianças para casa ou não. E aqui entram os grupos de WhatsApp de moradores e os perfis locais como uma forma mais detalhada de compreender as mudanças no “clima” do local. Como Mano e Menezes (2021) nos mostram, na favela do Santa Marta o grupo de WhatsApp se tornou central para as investigações cotidianas e coletivas dos moradores, que enviam as “pistas” sobre o que pode estar acontecendo e que deve ser investigado.

Na Cidade de Deus, o grupo que acompanhamos no primeiro semestre de 2023 é um exemplo interessante de como a leitura do “clima” é feita virtualmente. As conversas sempre se iniciam com “tiros” ou “fogos”. A partir daí, todos os moradores que também escutam vão avisando ao grupo que ouviram e o lugar para que eles mapeiem onde está acontecendo uma situação crítica. Antes mesmo de sair de casa, as pessoas vão buscando nos diferentes grupos que têm informações e mandam uns para os outros. Avisam da escola, do posto de saúde, se o Caveirão está passando ou não, se é BOPE ou o 18º Batalhão e se é possível sair de casa para trabalhar e levar as crianças para a escola. Com essas informações mais precisas, os moradores conseguem identificar também as mudanças no clima ao longo do tempo, sempre comentando o que está diferente, melhor ou pior que no passado. Nesse sentido, o grupo de WhatsApp permite uma precisão e rapidez que os grupos de Facebook e os aplicativos nem sempre permitem, mas também há uma pessoalização da informação que em alguns momentos pode causar problema<sup>2</sup>.

Os perfis nas redes sociais costumam dar avisos aos moradores, e nos comentários ocorre uma conversa entre eles que permite a investigação. Os perfis “Maré Vive”, mencionado no começo da seção e “Maré não vive” são exemplos dessa forma de operar. O perfil publica a mesma imagem com fundo preto e com os escritos: “Atenção morador. Cuidado redobrado, vamos nos cuidar, nos comunicar e nos manter seguros”. Na legenda, identificam os lugares em que foram vistos caveirões ou policiais, e nos comentários os moradores respondem onde “tá tranquilo” e onde ouvem tiros. Já a página “Maré não vive” possui um sistema parecido, mas sem a imagem fixa de aviso. Eles costumam publicar alguma imagem da polícia ou do Caveirão enviada por morador, na legenda identificam onde foram vistos, e nos comentários os moradores respondem da mesma forma que na outra página.

---

<sup>2</sup> Em um certo momento da pesquisa em questão, uma moradora avisou que os policiais estavam revistando os celulares e que seria preciso apagar as conversas do grupo, ou seja, ele também pode ser uma fonte de risco para os moradores no cotidiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, buscamos esboçar uma aproximação entre as formulações nativas de leitura do “clima” e o debate teórico sobre atmosferas, (re)traçando empiricamente como moradores de favela aprendem a habitar uma atmosfera de indeterminação cotidianamente. A recorrência dos tiroteios ou a virtualidade destes produz formas de habitar marcadas pela indeterminação. Para lidar com essas indeterminações, os moradores de favela têm a necessidade de fazer investigações para entender como navegar seus territórios. Em termos nativos, essas investigações surgem como uma tentativa de saber como está o “clima” na favela, que é feita através de uma leitura de pontos sensoriais e físicos, que unem uma ideia mental de como as coisas “deveriam estar” e como elas estão.

Embora tenhamos dialogado em vários momentos com o conceito de investigação inspirado no pragmatismo de Dewey (1938), gostaríamos de ressaltar aqui que o autor não contempla situações cujas indeterminações estão além da capacidade do indivíduo de restituí-las à normalidade. Existe, portanto, um “otimismo” pressuposto que entende que a intensidade das situações indeterminadas é medida pela capacidade do indivíduo ou da coletividade que com elas se depara de superá-las. Tudo se passa como se toda e qualquer situação, por maior que seja a indeterminação, fosse reconduzível à situação estável – ou seja, habitual e rotineira.

Contudo, há situações cujas indeterminações não cessam ou simplesmente não são reconduzíveis à normalidade. Os moradores de favela empreendem constantes investigações. Mas elas são realizadas menos para reconduzir a indeterminação à estabilidade que para evitar que ela se intensifique a ponto de se tornar um momento crítico (que pode ser uma “dura” ou um “desenrolo”) e, pior, uma situação catastrófica e traumática (uma ação violenta, como uma cobrança, uma execução ou mesmo um confronto armado). Utilizamos aqui os conceitos de “catástrofe” e de “trauma” em termos bem formais, ou seja, como indeterminações ou problemas cuja intensidade transcende a capacidade da pessoa que se depara com eles – ou do coletivo que os enfrenta – de superá-los, de trazê-los à “normalidade”.

Pensar no caso das favelas também obriga a expandir o modelo da investigação de Dewey e a contemplar situações que o seu pragmatismo “otimista” simplesmente deixa de lado. Não se trata aqui de opor um pragmatismo “pessimista” (Stavo-Debaugé, 2012) ao pragmatismo “otimista” de Dewey, mas de desenvolver ferramentas analíticas que permitam dar conta das experiências dos atores quando eles se deparam (virtual ou atualmente) com situações cuja indeterminação ou problema ultrapassam sua capacidade de resolvê-los. Afinal, quando tratamos de situações nas quais os atores estão sujeitos a tiros de arma de fogo, saímos de uma situação problemática e caímos em uma situação traumática e catastrófica, ou seja, em

uma situação cujos efeitos são potencialmente irreversíveis, razão pela qual o vocabulário da “superação”, da “estabilização” ou da “recondução à ‘normalidade’” perde sua operacionalidade, enquanto a noção de constante medição ou leitura do “clima” nos ajuda a compreender mais minuciosamente a fenomenologia do habitar na favela e as mudanças que nela ocorrem com o passar do tempo.

Nesse sentido, a leitura do “clima” se torna cotidiana a partir da necessidade contínua e cada vez mais refinada de investigação. Os tiroteios são produtores de uma indeterminação incessante e levam a condução dessas investigações. Elas nunca cessam, quando as coisas estão “tranquilas” é sempre feito um certo mapeamento sensorial da favela ou uma investigação nos grupos e redes sociais, perguntando “como tá a favela” ou “como tá o clima hoje”. Quando as coisas saem do lugar, se inicia um processo investigativo mais profundo pelos atores. Ao longo do tempo, essa prática vai se alterando, sempre em um acúmulo de saberes. As leituras que nos anos 1990 e 2000 se dão de forma analógica e presencial vão ganhando elementos digitais, tecnológicos e sistemáticos, com a produção de dados a partir disso. Essas mudanças vão sempre sendo direcionadas ao refinamento dessa prática que pretende objetivar aquilo que é vivido como atmosfera.

Ainda que a indeterminação permaneça e seja constitutiva da vida nas favelas, a análise realizada ao longo do texto aponta como nas últimas décadas ocorreram mudanças nos padrões de tiroteios em favelas quanto nas formas de ler o “clima” por parte dos moradores. Sintetizamos analiticamente na tabela abaixo como se dão as mudanças ao longo desse período. A dividimos em cinco enquadramentos por três períodos históricos diferentes, que organizam de certa forma as seções deste artigo. O esforço de síntese neste quadro deixa de fora uma série de sobreposições desses momentos que analisamos, mas como nos voltamos para o processo mais amplo de mudanças nos tiroteios ao longo do tempo acreditamos que a sistematização pode ser proveitosa. O que percebemos é que ao longo dos anos há um acúmulo tanto das políticas públicas e dos processos de militarização da vida na cidade quanto das sabedorias nativas que constroem os repertórios de investigação do “clima” na favela.

**Tabela 1. Enquadramento dos tiroteios ao longo das últimas décadas**

Enquadramento / Período	1990 – 2000	2008 – 2015	2016 – 2024
Debate público sobre violência	“Cidade partida” e “guerra particular”	Mega eventos e “pacificação”	Intervenção federal e megaoperações

Percepções sobre tiroteios em áreas dominadas por facções do tráfico de drogas	Grande recorrência de tiroteios, especialmente, em disputas envolvendo diferentes facções, além de conflitos com a polícia.	A criação das UPPs teve temporariamente impactos nas formas de atuação da polícia e do tráfico, que passou a ser mais discreta e menos ostensiva em áreas “pacificadas”. Isso resultou em uma redução temporária dos tiroteios em favelas “pacificadas” e pouca visibilidade pública para tiroteios que ocorriam em outras favelas.	Re(intensificação) dos tiroteios com aumento de operações e megaoperações e crescimento da letalidade policial. Entram em cena o uso de novas formas de tecnologia de militarização. Além disso, há um aumento de tiroteios em áreas antes consideradas “tranquilas” por disputas entre milícias.
Relação entre milícias e tiroteios	Crescimento de milícias usando discurso de “tranquilidade” (da ausência de tiroteio e venda de drogas) para se legitimar.	Após a CPI das milícias, temporariamente, as técnicas de domínio territorial das milícias se tornaram mais sutis e menos visíveis. A milícia passa a atuar “No sapatinho” (Cano; Duarte, 2012).	Expansão territorial das milícias, diversificação das atividades econômicas tanto da milícia como do tráfico) e intensificação das disputas entre esses grupos armados por certos territórios da cidade, que gerou aumento de tiroteios em áreas de milícias.
Formas de habitar que tiroteios produzem	Mudanças nas estruturas das casas para lidar com violência.	Aumento do uso de dispositivos de vigilância (câmeras e celulares para filmar violência policial e/ou do tráfico).	Colocação de placas nos telhados de escolas e hospitais (para tentar evitar que helicópteros atirem), assim como uma manutenção e crescimento da contravigilância.
Como moradores fazem para medir ou ler o “clima” das favelas	Leitura do “clima” presencial focando no mapeamento de tiroteios via pistas sensoriais, rumores etc.	Leitura do “clima” focando nas mudanças que ocorreram na favela após ocupação policial “permanente”.	Intensificação de processo de midiaticização e coletivização da leitura do “clima”. Uso de Facebook, Instagram e WhatsApp para troca de informação. Além da criação de aplicativos para mapear tiroteios que resultaram na produção de dados públicos sobre quantidade e localização de tiroteios.

**Fonte:** Elaboração própria.

Neste artigo buscamos analisar as diferentes formas de habitar que os tiroteios produzem, focando em favelas dominadas pelas facções do tráfico de drogas. As áreas de milícia, mencionadas acima, não são o objeto central deste trabalho em específico, mas alguns pontos são interessantes de ressaltar. O crescimento das áreas de milícias na cidade nos mostra como o tiroteio é acionado virtualmente dentro dos discursos de legitimação do grupo, que cresce pelo contraste com o tráfico e pela não ocorrência de tiroteios. Além disso, ao longo dos anos vão ocorrendo mudanças nos padrões de tiroteio a partir dessa expansão das milícias (Geni, 2022) e nas formas de leitura do “clima” em territórios dominados por milicianos (Carvalho; Rocha; Motta, 2023). De uma certa forma, os dois domínios distintos – que na verdade são muito mais diversos – vão se tornando espelhos um do outro e dividindo a cidade.

Assim, a partir desses dados empíricos, a noção de atmosfera parece ser “boa para pensar” porque permite compreender três pontos que aparecem nos dados empíricos. Primeiro, o fato de que a presença real ou virtual do tiroteio produz modos de habitar as favelas. Em segundo, a sistematicidade – consciente e inconsciente – existente na leitura do “clima”, que leva a processos investigativos constantes e cada vez mais refinados. Já o terceiro, é a naturalização desse estado de coisas. Ainda que ocorram esforços de investigações constantes eles são um princípio estruturante da fenomenologia do habitar nas favelas.

## REFERÊNCIAS

1. ANDERSON, Ben. Affective Atmospheres. *Emotion, Space and Society*, v. 2 n. 2, p. 77–81, 2009.
2. BELTRAME, José Mariano. **Todo dia é segunda-feira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
3. BÖHME, Gernot. A atmosfera como o conceito fundamental da nova estética. Tradução: Diogo Silva Corrêa e Olivia von der Weid. **Blog do Labemus**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2017/09/14/a-atmosfera-como-o-conceito-fundamental-da-nova-estetica-por-gernot-bohme/>. Acesso em: 10 ago. 2023.
4. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2000.
5. CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **No Sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.
6. CARVALHO, Sandra; DIAS, Rafael; RIBEIRO, Camilla. Discursos e práticas na construção de uma política de segurança: o caso do Governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). In: JUSTIÇA GLOBAL (org.). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 6-15.
7. CARVALHO, Monique Batista; ROCHA, Lia de Mattos; MOTTA, Jonathan Bazoni. **Milícias, facções e precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023.
8. CAVALCANTI, Mariana. Tiroteio, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.
9. CAVALCANTI, Mariana. Memoria y Cotidianidad de la Represión en el Morro do Borel. In: JELIN, Elizabeth; PINO, Ponciano del. **Luchas locales, comunidades e identidades**. Madrid: Siglo XXI, 2003. p. 175-208.
10. CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. **Intervenção federal: um modelo para não copiar**. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção, 2019.

11. CHACINAS em favelas no Rio de Janeiro. *In: WIKIFAVELAS: dicionário de favelas* Marielle Franco, [S. l.], [202?]. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas\\_em\\_favelas\\_no\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacinas_em_favelas_no_Rio_de_Janeiro). Acesso em: 4 set. 2023.
12. DEWEY, John. **Logic: the theory of inquiry**. New York: Henry Holt, 1938.
13. EXCLUSIVO: imagens mostram criminosos dando treinamento de guerrilha no Complexo da Maré. **G1**, Rio de Janeiro, 24 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/09/24/exclusivo-imagens-mostram-criminosos-dando-treinamento-de-guerrilha-no-complexo-da-mare.ghtml>. Acesso em: 04 jun. 2024.
14. FELIX, Carla Baiense. **Territórios proibidos: a construção da favela no noticiário e seus efeitos sociais**. 2012. Dissertação (Doutorado em Comunicação e Cultura) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
15. FREIRE, Jussara. **Sensos do Justo e Problemas Públicos em Nova Iguaçu**. 2005. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
16. GANDY, Matthew. Urban atmospheres. **Cultural Geographies**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 353-374, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1474474017712995>. Acesso em: 04 jun. 2024.
17. GELL, Alfred. How to Read a Map: Remarks on the Practical Logic of Navigation. **Man, New Series**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 271–286, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2802385>. Acesso em: 04 jun. 2024.
18. GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS; FOGO CRUZADO. **Mapa histórico dos grupos armados do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich-Böll, 2022.
19. GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLIS. **A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich-Böll, 2021.
20. GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS. **Chacinas policiais**. Rio de Janeiro: GENI/UFF, 2022.
21. GIBSON, James Jerome. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton Mifflin, 1979.
22. INGOLD, Tim. **Making: anthropology, archaeology, art and architecture**. London: Routledge, 2013.
23. INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling, and Skill**. London and New York: Routledge, 2000.
24. JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, 2000.
25. KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. *In: KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 311-337.
26. KOONINGS, Kees; KOENDERS, Sara. Winning the urban war in Rio de Janeiro? Citizen security and the favela pacification strategy. *In: LASA INTERNATIONAL*

- CONGRESS, 30., May. 2012, [s. l.]. **Anais [...]**. [S. l.]: 2012. p. 23-26.
27. LEITE, Marcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 43–90, 2000.
  28. LEITE, Márcia Pereira. Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: temas e imagens do Reage Rio. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 121–146, 1997.
  29. LEITE, Márcia; BIRMAN, Patrícia. Rio e São Paulo: categorias emaranhadas e relativização de seus sentidos. In: BARROS, Joana; COSTA, André Dal’bó da; RIZEK, Cibele (org.). **Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios**. São Carlos: Universidade de São Paulo; Instituto de Arquitetura e Urbanismo, 2018. p. 27–39.
  30. MAGALHÃES, Alexandre. A Guerra Como Modo De Governo Em Favelas Do Rio De Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 36, n. 106, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610600/2021>. Acesso em: 04 jun. 2024.
  31. MANO, Apoena; MENEZES, Palloma. Alerta Santa Marta: Dispositivos de (Contra) Vigilância em Favelas no Rio de Janeiro. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 52, p. 147-173, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2021.i52.a48191>. Acesso em: 04 jun. 2024.
  32. MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.
  33. MENEZES, Palloma. **Entre o fogo cruzado e o campo minado: a “pacificação” das favelas cariocas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023.
  34. NOTÍCIAS de uma Guerra Particular. Direção: João Moreira Salles e Katia Lund. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1999
  35. OLIVEIRA, Pablo de Moura Nunes de. **“Fala morador!” A periferia na esfera pública e a violência urbana nas páginas hiperlocais**. 2020. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
  36. PEDRETTI, Lucas Lima. **As fronteiras da violência política: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar (1970-1988)**. 2022. Dissertação (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
  37. PÉRES, Clara Gomes Polycarpo. **Casos de polícia e redes de política: uma análise das políticas de segurança pública a partir da Zona Sul do Rio de Janeiro**. 2022. Dissertação (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
  38. RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e violência: Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. **Boletim Segurança e Cidadania**, [S. l.], n. 10, 2005.
  39. SILVA, Marcela de Araujo. Houses, tranquility and progress in an área de milícia.

- Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 14, n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43412017v14n3p132>. Acesso em: 04 jun. 2024.
40. SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
41. STAVO-DEBAUGE, Joan. Des événements difficiles à encaisser: un pragmatisme pessimiste. Un pragmatisme pessimiste, *In*: CEFAÏ, Daniel; TERZI, Cedric (org.). **L'expérience des problèmes publics**. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 2012. p. 191-223.
42. STEWART, Kathleen. Atmospheric Attunements. **Environment and Planning D: Society and Space**, London, v. 29, n. 3, p. 445–453, 2011. Disponível em: 10.1068/d9109. Acesso em: 04 jun. 2024.
43. TIROTEIO no Salgueiro provoca pânico na Tijuca. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 mar. 2001.
44. VAZ, Paulo *et al.* Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime. **Fronteiras**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 95–103, 2005.
45. VIGH, Henrik. Motion squared: A second look at the concept of social navigation. **Anthropological Theory**, London, v. 9, n. 4, p. 419-438, 2010. Disponível em: 10.1177/1463499609356044. Acesso em: 04 jun. 2024.

*Palloma Menezes*

Professora adjunta do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Vrije Universiteit Amsterdam. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8462-2549>. Colaboração: Pesquisa empírica, Levantamento bibliográfico, Análise de dados, Redação. E-mail: [pallomamenezes@gmail.com](mailto:pallomamenezes@gmail.com)

*Mariana Cavalcanti*

Professora associada do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia pela Universidade de Chicago. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9633-9513>. Colaboração: Pesquisa empírica, Levantamento bibliográfico, Análise de dados, Redação. E-mail: [marianacavalcanti@iesp.uerj.br](mailto:marianacavalcanti@iesp.uerj.br)

*Giovanna Monteiro-Macedo*

Assistente de divulgação científica de DADOS - Revista de Ciências Sociais. Doutoranda em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0778-6600>. Colaboração: Pesquisa empírica, Levantamento bibliográfico, Análise de dados, Redação. E-mail: [giovannamonteiro@iesp.uerj.br](mailto:giovannamonteiro@iesp.uerj.br)